

26 DE JULHO 2010

Segunda-feira

- **NÃO HÁ VAGAS PARA INDÚSTRIAS NO PARANÁ**
- **MONTADORAS CONTRATAM PARA ATENDER DEMANDA**
- **PÁTIOS ESTÃO LOTADOS EM INDÚSTRIAS AUTOMOBILÍSTICAS**
- **REGRAS PARA PONTO DESESTIMULAM EMPREGO**
- **COPOM CONTINUA ATORMENTANDO MERCADO COM SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TAXA SELIC**
- **ECONOMIA INFORMAL RECUA PARA 18,4% DO PIB NACIONAL EM 2009**
- **PROJETO FACILITA CARACTERIZAÇÃO DE DOENÇA COMO ACIDENTE DE TRABALHO**
- **DIPJ/2010: PRAZO DE ENTREGA TERMINA EM 30/7**
- **FCONT DEVERÁ SER ENTREGUE PELA PESSOA JURÍDICA ATÉ 30/7**
- **FORMA DE PRESSÃO: DEVEDOR DE ALIMENTOS TEM NOME INCLUÍDO NO SPC**
- **PAGAMENTO DEVE SER MANTIDO ATÉ JULGAMENTO DA PRORROGAÇÃO**
- **ALUGUEL RESIDENCIAL PODERÁ SER DESCONTADO EM FOLHA DE PAGAMENTO**
- **PL VISA EVITAR DISCRIMINAÇÃO CONTRA IDOSOS TRABALHADORES**
- **PROJETO OBRIGA INSS A INFORMAR RESULTADO DE PERÍCIA POR ESCRITO**
- **PL AMPLIA ACESSO A PROGRAMAS ASSISTENCIAIS PARA IDOSOS**

Câmbio		
Em 26/07/2010 às 17h00		
	Compra	Venda
Dólar	1,765	1,767
Euro	2,295	2,298

Fonte: BACEN

NÃO HÁ VAGAS PARA INDÚSTRIAS NO PARANÁ

26/07/2010 – Gazeta do Povo

Os maiores pólos industriais do Paraná não comportam mais empresas em seus distritos e parques industriais. A falta de novas áreas ocorre na capital, em Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e em suas regiões. Além disso, há carência de

infraestrutura viária, urbanística e de energia, situação agravada pela falta de recursos próprios dos municípios e do pouco investimento dos governos estadual e federal. A burocracia e a lentidão nas licenças ambientais, aliada à deficiência na elaboração de planos diretores municipais e projetos, é outro limitador do desenvolvimento industrial no estado.

Não há uma estimativa de quantas empresas o estado perde por ano por causa da falta de novas áreas e de infraestrutura, mas o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Hélio Bampi, acredita que se o problema fosse resolvido a arrecadação de impostos dobraria em menos de sete anos. Expectativa quase idêntica à do secretário de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional de Ponta Grossa, João Luiz Kovaleski, que projeta a obtenção de duas novas áreas para aumentar o Distrito Industrial e prevê que, se isso acontecer, a arrecadação de impostos duplicaria em dez anos.

Especulação

No entanto, para o sucesso dessas iniciativas, o planejamento de novos parques e distritos industriais deve ser minucioso, para não surgir outro problema: a especulação imobiliária. "No caso de Fazenda Rio Grande, por exemplo, assim que foi criado o Distrito Industrial, a especulação imobiliária fez com que o valor dos terrenos subisse mais de dez vezes, o que causou um grande dissabor para empresários. Eu mesmo sofri com isso e tive um negócio inviabilizado. Portanto, também é preciso haver mecanismos legais contra a especulação, estabelecendo o preço do metro quadrado para as regiões onde se pretende colocar um distrito industrial, assim como na Zona Franca de Manaus; do contrário, o que era para ser um benefício acaba se tornando um dilema sem solução", diz Bampi.

Planejamento

Segundo cálculo da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, 380 das 399 cidades do Paraná já têm o Plano Diretor Municipal ou estão com a elaboração em desenvolvimento. Segundo Bampi, sem o plano é impossível conseguir recursos estaduais ou federais. "Em primeiro lugar, é fundamental que os municípios tenham nos seus planos diretores a delimitação de um distrito industrial; sem isso fica praticamente inviável a industrialização de qualquer região. Quando não há o plano, dificilmente haverá incentivo dos governos. Outro passo importante é a instalação do 'Conselho da Cidade' com caráter deliberativo, para que todos possam participar e planejar as vocações industriais de cada lugar", afirma o vice-presidente da Fiep. Bampi acrescenta que, quando uma grande empresa se instala, outras da mesma cadeia de produção tendem a vir junto; por isso é preciso planejar a cidade e qualificar mão de obra específica.

Para dar uma ideia das dimensões do desafio da industrialização no estado, Bampi cita o caso da capital. "Temos o exemplo da CIC (Cidade Industrial de Curitiba), que possibilitou a industrialização da capital, mas não existem mais áreas para novas empresas. Na região metropolitana, o governo estadual está dando incentivos para cidades com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), mas não há infraestrutura nesses locais", argumenta.

Alternativas: Cidades tentam driblar dificuldades em busca de novos espaços

Um exemplo de esforço para conseguir espaço e atrair novas indústrias está sendo realizado em Ponta Grossa. Segundo o secretário municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional, João Luiz Kovaleski, a prefeitura busca entendimento com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e com o governo federal para obtenção de duas novas áreas. "Estamos pleiteando dois novos projetos. Um deles é uma área que pertence à Embrapa e a outra é da antiga Rede Ferroviária Federal. O terreno da Embrapa está arrendado por mais cinco anos e o processo junto ao governo federal para a área da Rede está em andamento, mas sem uma definição até o momento", descreve.

Enquanto isso, a prefeitura tenta resolver alguns casos negociando a devolução de terrenos com as empresas que não se instalaram. "A prefeitura não doa o terreno, apenas empresta. Se a empresa não se instala ou vai embora, a área continua sendo do município. Caso o problema das duas áreas que queremos fosse resolvido, acredito que dobraríamos a arrecadação do município em cerca de dez anos", prevê o secretário.

Londrina

"Em Londrina trabalhamos em conjunto para facilitar a instalação de indústrias e o Codel age como espécie de assessoria para os processos burocráticos e projetos. Aqui temos bom acesso, água, energia e uma topografia que nos favorece, mas não existe uma política de desenvolvimento industrial por parte do estado, o que deixa o Paraná em desvantagem", salienta o representante da Fiep na região, Clovis Coelho.

MONTADORAS CONTRATAM PARA ATENDER DEMANDA

25/07/2010 – O Estado do Paraná

Montadoras de veículos e fabricantes de autopeças chegam ao fim do ano com contratações de funcionários, redução ou suspensão de férias coletivas e até reclamações de excesso de horas extras. Neste mês, General Motors, Scania e MAN (antiga Volkswagen Caminhões) estão contratando 1.050 pessoas para a área produtiva. O mercado passou a reagir mais fortemente desde a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros com motor até 2.0, em dezembro, quando as vendas despencaram, após a crise de crédito. Mesmo após a volta gradual do imposto, a partir de outubro, as vendas continuaram aquecidas em relação a 2008, ancoradas nas promoções e na volta do financiamento de longo prazo.

A indústria espera encerrar o ano com produção de 3 milhões de veículos, segunda melhor marca histórica, atrás apenas de 2008, com 3,2 milhões de unidades. A queda é creditada à redução das exportações, já que o mercado interno terá recorde de vendas, com mais de 3,1 milhões de veículos, 10% mais que no ano passado. De julho a outubro, as montadoras contrataram 2,3 mil pessoas. Mesmo com as vagas recém-abertas, as empresas não devem recuperar, até dezembro, o quadro de um ano atrás, de 126,8 mil trabalhadores.

Nas autopeças foram 8,3 mil contratações desde junho. Em outubro, o setor tinha 204,3 mil trabalhadores, ante 208 mil em dezembro do ano passado. A MAN anunciou na segunda-feira 250 contratações para a fábrica de Resende, no Rio. A Scania iniciou na semana passada a seleção de 200 operários para a fábrica de São Bernardo do Campo (SP). Já a GM abriu no início do mês 600 vagas nas fábricas de São Caetano do Sul, São José dos Campos e Mogi das Cruzes, em São Paulo. "A razão de as vendas internas não terem sofrido tanto está nas políticas de redução do IPI e do custo do financiamento para caminhoneiros", diz o presidente da MAN, Roberto Cortes. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

PÁTIOS ESTÃO LOTADOS EM INDÚSTRIAS AUTOMOBILÍSTICAS

24/07/2010 – O Estado do Paraná

Com o fim do corte do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), as indústrias automobilísticas e de eletrodomésticos começam a acumular estoques indesejáveis. As montadoras têm 318 mil veículos nos pátios das fábricas e das concessionárias. Em volume, é o maior dos últimos anos, à frente inclusive do registrado em dezembro de 2008, quando o mercado parou ante a falta de crédito provocada pela crise. Naquele mês, o encalhe de veículos somava 305 mil unidades, o equivalente a quase dois meses de vendas. Hoje, apesar de mais volumoso, equivale a 36 dias.

Apesar de não existir dados consolidados disponíveis do setor, a indústria de fogões, geladeiras e máquinas de lavar também acumula estoques indesejáveis, mesmo tendo reduzido o ritmo de produção.

Depois de as vendas crescerem entre 30% e 35% no primeiro trimestre na comparação com igual período de 2009, houve recuo de 10% no mês passado e em julho. Há empresas que deram férias aos trabalhadores, mas que não cogitam demissões, porque acham que vão retomar as vendas nos próximos meses.

REGRAS PARA PONTO DESESTIMULAM EMPREGO

26/07/2010 – Agência CNI

Brasília – As novas regras para o registro de ponto aumentarão a burocracia e desestimularão a criação de empregos no país. O alerta foi feito pelo presidente em exercício da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), Robson Braga de Andrade, em reportagem publicada nesta segunda-feira, 26 de julho, pelo jornal [O Estado de S. Paulo](#). "Somos contra a rigidez da portaria, que vai aumentar a burocracia e desestimular a contratação de empregados", afirmou Andrade.

A reportagem mostra que as empresas precisam entrar em uma fila de espera de até 60 dias para conseguir máquinas de registro de ponto adequadas às novas regras. Essas máquinas, segundo a reportagem, custam de R\$ 2,2 mil a R\$ 3,9 mil. A Portaria 1.510 do Ministério do Trabalho e Emprego, que entrará em vigor no dia 25 de agosto, estabelece que os equipamentos de controle de ponto devem emitir comprovante da marcação a cada registro. Isso evitará fraudes e permitirá que o trabalhador tenha um comprovante dos horários em que começou e terminou o expediente.

As demais regras continuam as mesmas previstas no Artigo 74 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que obrigam as empresas com mais de 10 funcionários a controlar a jornada de trabalho. O controle pode ser feito de forma manual por meio de livro ponto, mecânica ou sistema eletrônico. A partir de 25 de agosto, os sistemas de registro terão de emitir o comprovante dos horários registrados pelos empregados no início e no fim do expediente.

COPOM CONTINUA ATORMENTANDO MERCADO COM SUAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A TAXA SELIC

26/07/2010 – Notas Gestão Sindical

UGT diz que alta da Selic é medida recessiva

A central sindical UGT (União Geral dos Trabalhadores) lamenta que o Copom tenha perdido a oportunidade de tirar do Brasil o título de recordista mundial de juros altos. O aumento da taxa Selic já foi adotado em outros governos, trazendo como consequência a recessão da nossa economia.

Ricardo Patah, presidente nacional da UGT

CTB

Ao promover um novo aumento dos juros básicos da economia (0,5), o Banco Central mantém o Brasil como um dos detentores das maiores taxas de juros da economia global (10,75%). Uma posição que interfere diretamente no bom momento vivido pela economia brasileira.

O aumento da taxa de juros visa a desacelerar o consumo da economia na mesma medida em que retém o seu crescimento. É o que o se está fazendo. Os tecnocratas da ala conservadora do Banco Central deveriam buscar outras formas de intervenção, como partir para uma ação concreta de estímulos aos investimentos produtivos, mesmo porque o País não caminha para um "superaquecimento da economia".

Essa orientação política e econômica do Banco Central – aumento da taxa de juros básica - contraria a lógica dos números da economia brasileira tendo em vista que os preços estão se comportando sem altas significativas mesmo antes do primeiro aumento da Selic ter ocasionado efeito na atividade produtiva.

Estamos preocupados com a manutenção da taxa Selic ao patamar dos dois dígitos: A decisão do Copom "confirma que o Banco Central espera que a economia brasileira cresça menos do que esperamos. O crescimento excepcional de 9% no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre não deve orientar as expectativas para o restante do ano, porque os incentivos fiscais, criados para amenizar o impacto da crise internacional sobre a economia brasileira, foram extintos em março e as compras antecipadas da copa do mundo também já se foi".

Essa política de alta na taxa básica de juros beneficia apenas os banqueiros e só serve para desestimular o investimento produtivo prejudicando as contas públicas. É um balde de água fria na aquecida economia brasileira, que demonstrou recentemente, através do PIB, uma imensa capacidade para o crescimento com geração de emprego

e renda. Os tecnocratas do Banco Central torcem contra o crescimento econômico do País e, conseqüentemente, contra uma política de desenvolvimento nacional que contemple as classes trabalhadoras.

São Paulo, 21 de julho de 2010.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CNI vê alento na alta de 0,50 ponto percentual da Selic

Brasília - O presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, disse ver "com algum alento" a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir o ritmo de aperto monetário, com alta de 0,50 ponto percentual na taxa Selic.

Segundo ele, a manutenção do processo de elevação dos juros se mostra desnecessária, pelo cenário de arrefecimento da atividade econômica. Destacou que tal cenário já resulta em desaceleração da inflação.

Lembrou que os últimos dados divulgados apontam nítida desaceleração no ritmo de expansão econômica, principalmente na produção industrial, que nos últimos dois meses interrompeu o crescimento. Enfatizou que o próprio índice de atividade econômica produzido pelo Banco Central, referente a maio, aponta estabilidade do Produto Interno Bruto (PIB).

"Somados a isso, diversos indicadores antecedentes, como a produção e venda de veículos, produção de papel ondulado e consumo de energia elétrica confirmam o quadro de clara redução no ritmo de crescimento já no segundo trimestre deste ano", acrescentou o presidente em exercício da CNI.

Na sua visão, a inflação já reproduz o cenário de menor intensidade da atividade econômica. "Após a estabilidade do IPCA de junho, o IPCA-15 de julho apontou queda de 0,1%, com redução no preço dos alimentos, principal componente de pressão inflacionária dos últimos meses. São sinais mais do que suficientes, portanto, para a flexibilização do ciclo de aperto monetário do Banco Central. A persistência desse processo poderá reduzir o ritmo de crescimento dos investimentos, aspecto fundamental para o crescimento sustentado da economia", concluiu Robson Andrade.

Fecomercio: decisão do Copom demonstra medo exagerado da inflação

São Paulo, 21 de julho de 2010 – A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio) entende que a decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central em aumentar os juros básicos da economia demonstra um medo exagerado da autoridade monetária na possibilidade de aumento da inflação, mesmo com sinais de arrefecimento da economia brasileira nos últimos meses. Para o diretor executivo da Fecomercio, Antonio Carlos Borges, o reajuste é "absolutamente desnecessário". "O momento pede uma parada técnica para que o BC analise melhor a situação a partir dos aumentos dos juros básicos nos meses anteriores e possa tomar a decisão mais acertada daqui para a frente."

O comportamento da inflação acumulada no primeiro semestre de 2010 pelo IPCA (índice oficial utilizado para as metas de inflação do governo) e INPC demonstram trajetória de queda. Os resultados são taxativos: a política monetária do País deveria

reduzir a taxa de juros. "Infelizmente, essa sugestão parece algo impossível de ser compreendido pelo BC", opina Borges.

A Fecomercio ressalta que alterações na Selic costumam levar de quatro a oito meses para surtirem efeito na economia real. "O processo de aperto monetário iniciado em abril ainda nem gerou efeitos expressivos na economia real, embora tenha provocado efeito psicológico muito forte no consumidor, que passou a demandar menos produtos", pondera Borges. Some-se a isso o fim de incentivos tributários para linha branca e automóveis. "As ações do BC têm se mostrado inapropriadas e ineficientes nesse momento."

Para a Fecomercio, está na hora de o Banco Central observar as nuances da economia com mais cuidado antes de pensar em aumentar os juros. Basta olhar o desempenho do mercado imobiliário para compreender essa necessidade. O ano de 2010 começou aquecido nos lançamentos e nas vendas de imóveis e, após quatro meses de quebras de recordes, a partir de maio os dados assustam pela intensidade da reversão. "Isso pode significar apenas um ajuste setorial, mas, no mínimo, a autoridade monetária deveria dar uma atenção especial a esse movimento", finaliza Borges.

Fonte: Gestão Sindical

Autor: Diversos

Data: 26/7/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/nacional/materia.asp?idmateria=3199>

ECONOMIA INFORMAL RECUA PARA 18,4% DO PIB NACIONAL EM 2009

26/07/2010 – Notas Gestão Sindical

SÃO PAULO - A [economia](#) subterrânea, também chamada de informal, passa por um [processo](#) de queda ao atingir 18,4% do [Produto](#) Interno Bruto (PIB) em 2009. A informação foi divulgada ontem, resultado de um estudo inédito realizado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e o Instituto Brasileiro de [Economia](#) da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV). O percentual faz parte do índice que mede a produção de bens e serviços que não são abordadas em dados oficiais.

O número representa o montante de R\$ 578,411 bilhões da produção que envolve transações monetárias decorrentes de atos informais e até ilegais, como por exemplo, a sonegação de impostos ou a tentativa de evitar custos decorrentes do cumprimento da legislação aplicada na atividade em que se atua.

De acordo com o diretor executivo do ETCO, André Franco Montoro Filho, o valor projetado no estudo chama a atenção se considerar que a economia subterrânea brasileira supera toda a economia da Argentina. Por outro lado, toda a economia brasileira representa a economia subterrânea nos Estados Unidos. "O número divulgado apresenta grande dimensão visto que são quase R\$ 600 bilhões à margem da economia formal do País", diz.

O pesquisador do Ibre/FGV e responsável pelo estudo, Fernando de Holanda Barbosa Filho, ressalta que os números fazem parte de uma estimativa, já que somente em setembro serão divulgados os dados do ano passado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), utilizados para o cálculo do índice.

Barbosa Filho explica também que há uma evolução no que diz respeito ao PIB informal nos últimos anos. "Em geral, a economia subterrânea dos países

desenvolvidos representa 10% do seu PIB, em países emergentes esta proporção é de cerca de 30% do PIB desta nação. Estamos aquém dos países desenvolvidos. Contudo, desde 2003, o índice revela queda", contextualiza.

De 2003 para 2009, o índice passou de 21% do PIB para os 18,4% estimados para o ano passado. Apesar desse resultado, em valores absolutos dentro da comparação, houve uma alta ao passar de R\$ 357, 388 bilhões, em 2003 para o R\$ 578 bilhões em seis anos. "Isto porque ocorreu um crescimento do PIB em valores correntes dentro do período", justifica o responsável pelo estudo. Já na comparação com 2008, o percentual era de 18,8%, o que representava R\$ 563,794 bilhões em valores absolutos e R\$ 590,808 bilhões devido à correção monetária (câmbio) de 2009.

Motivos e soluções

A explicação para a queda percentual do PIB informal em seis anos, na avaliação de Barbosa Filho, deve-se a uma série de fatores. Entre estes, ele aponta as mudanças do regime de crescimento econômico do Brasil; o aumento da competição no mundo globalizado", "o qual exige a elevação dos investimentos e, assim, a necessidade de crédito, só obtido se a empresa estiver formalizada". Outros elementos explicativos indicados são a redução da burocracia com a entrada em vigor do Super Simples e a evolução do sistema de arrecadação.

"De qualquer forma, para continuar a reduzir o percentual da economia subterrânea é importante ter queda da informalidade. Para tanto, a redução do volume de tributos cobrados, facilitaria que mais pessoas evitassem a sonegação de impostos", afirma.

Além de diminuir o volume de impostos, Barbosa Filho indica também maior redução da burocracia e a manutenção da economia aquecida. Neste último aspecto, ele diz que a expansão do PIB em torno de 7% previsto para este ano pode facilitar que a economia subterrânea alcance 18% do PIB. "É factível, mas não é possível, agora, dizer o número com exatidão", diz.

Para Franco Montoro Filho, além de a informalidade estar relacionada ao crime organizado e de precarizar as condições de trabalho, ela traz prejuízos para toda sociedade. "De acordo com a carga tributária, a sonegação de impostos é estimada em R\$ 200 bilhões, enquanto que o governo investe R\$ 30 bilhões. Além disso, o produtor perde dinheiro porque enfrenta uma concorrência desleal. Isto gera a ideia de que sonegar é o caminho para ter lucro. O resultado é a queda da geração de emprego e renda e a menor expansão da economia brasileira".

O movimento da economia informal no Brasil foi de R\$ 578 bilhões em 2009, o que representa 18,4% do PIB, contra 21% em 2003.

Fonte: DCI

Autor: Redação

Data: 26/7/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3200>

PROJETO FACILITA CARACTERIZAÇÃO DE DOENÇA COMO ACIDENTE DE TRABALHO

26/07/2010 – Notas Gestão Sindical

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7206/10, do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que altera a Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91) para determinar que a perícia médica considere a empresa responsável pela incapacidade física do

empregado sempre que a natureza da atividade laboral estiver relacionada ao surgimento da doença ou disfunção. Pela proposta, nesses casos a doença ficará caracterizada automaticamente como acidente de trabalho.

Também assinam o projeto os deputados Pepe Vargas (PT-RS), Jô Moraes (PCdoB-MG), Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e Roberto Santiago (PV-SP).

Pela legislação vigente, a comprovação da causa da incapacidade depende da existência de "nexo técnico epidemiológico", apontado em atestado médico específico. O projeto suprime essa exigência nos casos em que a natureza das atividades da empresa apresenta, por si só, vínculo com a incapacidade.

Berzoini argumenta que "o nexo causal é mais amplo que o nexo epidemiológico", e adverte que o conceito de nexo causal, mesmo consagrado juridicamente, vem sendo descaracterizado e substituído por "nexo técnico" em documentos internos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS).

Para caracterizar o nexo técnico, o perito médico deve estabelecer a correlação entre o problema físico do trabalhador e a execução do trabalho. Ou seja, o trabalhador só terá direito ao benefício se conseguir comprovar a existência de relação entre a doença que o acomete e a atividade específica que desempenha na empresa.

Efeito suspensivo

O projeto também revoga o efeito suspensivo previsto na lei. Pela norma atual, a empresa pode requerer ao INSS a não aplicação do nexo técnico epidemiológico. Esse recurso tem efeito suspensivo.

"O efeito suspensivo, além de injusto, é bastante controvertido, devendo ser revogado", sustenta Berzoini. Segundo o deputado, o efeito suspensivo, apesar de também poder ser requisitado pelo segurado, na prática favorece apenas a empresa.

Tramitação

Sujeita a análise em caráter conclusivo, rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário. O projeto será examinado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Autor: Redação

Data: 26/7/2010

<http://www.gestaosindical.com.br/saude/materia.asp?idmateria=3208>

DIPJ/2010: PRAZO DE ENTREGA TERMINA EM 30/7

26/07/2010 – Notas COAD

As declarações devem ser apresentadas até as 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 30 de julho de 2010, conforme estabelece a Instrução Normativa 1.028 RFB/2010, alterada pela Instrução Normativa 1.051 RFB/2010.

A apresentação da declaração após o prazo sujeita o contribuinte à multa de 2% ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante do imposto informado na declaração, ainda que integralmente pago, limitada a 20%. O valor mínimo da multa será de R\$ 500,00.

Para a transmissão da DIPJ será obrigatória a utilização da assinatura digital da declaração, mediante a utilização de certificado digital válido.

FCONT DEVERÁ SER ENTREGUE PELA PESSOA JURÍDICA ATÉ 30/7

26/07/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas sujeitas, cumulativamente, ao lucro real e ao RTT – Regime Tributário de Transição que possuam lançamentos contábeis com base em métodos e critérios diferentes daqueles prescritos pela legislação tributária em 31-12-2007, deverão apresentar, até às 23h59min59s, horário de Brasília, do dia 30 de julho o FCONT – Controle Fiscal Contábil de Transição, com dados relativos ao ano-calendário de 2009, conforme disposto na Instrução Normativa 1.046 RFB/2010, que altera a Instrução Normativa 967 RFB/2009.

O FCONT deverá ser apresentado através do aplicativo Programa Validador e Assinador da Entrada de Dados do FCONT (PVA – FCONT), disponibilizado pela RFB na internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>, com utilização obrigatória de assinatura digital, mediante certificado digital válido.

A falta de apresentação do FCONT implicará na multa de R\$ 5.000,00, por mês-calendário ou fração.

FORMA DE PRESSÃO: DEVEDOR DE ALIMENTOS TEM NOME INCLUÍDO NO SPC

26/07/2010 – Notas COAD

No início de julho, um acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo determinou a inscrição no SPC/Serasa (Serviço de Proteção ao Crédito) do nome de um pai inadimplente com sua obrigação de pensão alimentícia aos filhos. A retirada do nome só é possível após o pagamento da dívida.

A decisão foi a primeira obtida pela Defensora Pública Claudia Tannuri em segunda instância, em processo que corre sob sigilo de justiça. Cerca de 40 decisões liminares de primeiro grau com o mesmo teor foram obtidas desde o início de 2010, quando Cláudia começou a incluir o pedido de restrição ao crédito em processos de execução de dívidas alimentícias. “Pais que atrasem a pensão de alimentos em um mês já podem ter seu nome inscrito”, afirmou.

Para a Defensora, a medida contribui em casos nos quais o pai recebe sua renda pela economia informal (o que impede o desconto em folha) ou naqueles em que a inadimplência não gera recolhimento à prisão – seja porque o pai está foragido, seja porque o prazo de prisão já foi cumprido.

Cláudia explica que as decisões demonstram que os juízes podem determinar medidas não expressamente previstas em lei. “Temos mais um meio para forçar esses devedores a pagar. E nada disso impede que o pai seja preso ou tenha seus bens penhorados”, diz.

FONTE: Defensoria Pública de São Paulo

PAGAMENTO DEVE SER MANTIDO ATÉ JULGAMENTO DA PRORROGAÇÃO

26/07/2010 – Notas COAD

A [Resolução 97 INSS](#), de 19-7-2010, (Portal COAD), estabeleceu que uma vez apresentado pelo segurado pedido de prorrogação de concessão do benefício de auxílio-doença, inclusive aqueles decorrentes de acidente do trabalho, o INSS deve manter o pagamento do benefício até o julgamento do pedido após a realização de novo exame médico pericial.

ALUGUEL RESIDENCIAL PODERÁ SER DESCONTADO EM FOLHA DE PAGAMENTO

22/07/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7266/10, do deputado Eliene Lima (PP-MT), que permite o débito, em folha de pagamento, do valor de aluguel residencial. A proposta cria a possibilidade ao inserir dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei 5.452/43) para facilitar a assinatura de contratos de aluguel sem fiador.

A proposta limita o débito em folha para pagamento de aluguel residencial em 25% da remuneração líquida (remuneração total menos contribuição previdenciária e imposto de renda na fonte). O desconto pode ser suspenso a qualquer tempo, mas a empresa e o locador devem ser informados com 30 dias de antecedência. É vedada a cobrança de taxas pela empresa para efetuar o desconto.

Dispensa do fiador

"Uma das maiores dificuldades para a assinatura de um contrato de aluguel reside na oferta de garantias ao locador. O débito em folha representaria uma segurança para o empregado, que poderá dispensar a figura do fiador, exigida na quase totalidade dos contratos de locação firmados no País", assinala o deputado.

"Além disso, o projeto, se aprovado, poderá dar um grande impulso ao mercado imobiliário. Os valores dos aluguéis seriam consideravelmente reduzidos a curto e médio prazos, com a entrada no mercado de milhares de imóveis que, hoje, permanecem fechados por opção do proprietário", afirmou Eliene Lima.

Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada pelas comissões de

Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

PL VISA EVITAR DISCRIMINAÇÃO CONTRA IDOSOS TRABALHADORES

23/07/2010 – Notas COAD

Com o objetivo de evitar a discriminação contra idosos que trabalham como prestadores de serviço (autônomos ou representantes comerciais, entre outras atividades), tramita no Senado um projeto que altera a Lei 9.029, de 13 de abril de 1995. Esse projeto (PLS 314/07) aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), autora da proposta, lembra que a Lei 9.029 já proíbe a discriminação contra os idosos no que se refere à admissão ou à permanência da relação jurídica de trabalho. Mas ela argumenta que essa proteção se restringe a quem possui vínculo empregatício - não estariam protegidos, portanto, os prestadores de serviço. Seu objetivo é estender a medida a estes últimos.

Com a mudança que propõe, a senadora afirma que autônomos e representantes comerciais, por exemplo, quando forem vítimas de condutas discriminatórias devido à idade, terão direito, entre outras medidas, à readmissão mais o ressarcimento integral de todo o período de afastamento (ou o recebimento em dobro da remuneração do período de afastamento). O texto original do projeto foi apresentado por Lúcia Vânia em 2007.

Em seu relatório sobre a matéria, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), agora licenciado, defendeu a aprovação do projeto. Mas ele apresentou uma emenda que, entre outras modificações, reduz o valor da multa administrativa a ser aplicada: no texto proposto por Lúcia Vânia, essa multa seria de dez vezes o valor da remuneração paga ao prestador de serviço; na emenda de Garibaldi, a multa cai para o dobro de tal remuneração.

Garibaldi lembra que, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), considera-se idoso o maior de 60 anos. O senador também ressalta que a proposta se insere tanto no campo da legislação trabalhista (no que se refere às relações de emprego) como no campo do direito civil (no que se refere aos prestadores de serviço).

O projeto aguarda decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Ou seja, se for aprovada pela comissão, deverá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

PROJETO OBRIGA INSS A INFORMAR RESULTADO DE PERÍCIA POR ESCRITO

26/07/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7209/10, do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que obriga o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a prestar informações por escrito ao segurado sobre o resultado da perícia médica para concessão de auxílio-doença. Nesse relatório deverá constar a caracterização do benefício como acidentário ou previdenciário.

Atualmente, a legislação não prevê um meio para informar o cidadão que solicita o benefício. Segundo Berzoini, a comunicação informal do resultado da perícia ao interessado é prática usual no INSS. Ele afirma que há casos em que o segurado nem sequer recebe o diagnóstico. "Essa situação gera insegurança e prejuízo para o trabalhador", afirmou.

A proposta regulamenta também que a concessão de auxílio-doença será concedida sempre por prazo determinado. Ao fim de cada período, deverá ser feita nova perícia até comprovar-se a recuperação do paciente.

Tramitação

O projeto, que tramita caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

PL AMPLIA ACESSO A PROGRAMAS ASSISTENCIAIS PARA IDOSOS

26/07/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7255/10, da deputada Rita Camata (PSDB-ES), que eleva a renda familiar necessária para que idosos ou pessoas com deficiência possam requisitar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - um salário mínimo mensal pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A proposta, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), amplia de 1/4 de salário mínimo para um salário mínimo a renda per capita máxima das famílias consideradas incapazes de manter uma pessoa com deficiência ou idosa.

O texto também estabelece a renda familiar de um salário mínimo como pré-requisito para a concessão de benefícios eventuais, como auxílios por natalidade ou morte.

Inclusão

Rita Camata argumenta que a Conferência Nacional de Assistência Social tem se posicionado a favor da ampliação do alcance dos benefícios sociais, por entender que o atual corte de renda prejudica milhares de idosos e pessoas com deficiência.

"O novo limite resgatará a dignidade cidadãos que estão à margem da sociedade e merecem ser protegidos por políticas públicas", afirma a deputada.

Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será examinada pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara